

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.576.823 - SP (2019/0262783-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : BANCO BRADESCO S/A  
**ADVOGADOS** : RICARDO RIBEIRO DE LUCENA - SP047490  
BRUNO LOBO VIANNA JOVINO - SP262341  
**AGRAVADO** : ALESSANDRA CAMUNHA BOTTARI  
**ADVOGADO** : SELMA JOAO FRIAS VIEIRA - SP261803

**EMENTA**

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. DEPÓSITOS INSUFICIENTES. QUITAÇÃO PARCIAL DA OBRIGAÇÃO. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

**DECISÃO**

ALESSANDRA CAMUNHA BOTTARI (ALESSANDRA) ajuizou ação de consignação em pagamento cumulada com pedido de tutela antecipada de urgência contra BANCO BRADESCO S.A. (BANCO), julgada improcedente.

ALESSANDRA apelou. O TJSP deu provimento ao apelo em acórdão assim ementado:

*CONTRATO BANCÁRIO - CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - AUSÊNCIA DE PROVA DE QUE HOUVE RECUSA INJUSTIFICADA DO RÉU CREDOR - ART. 335, DO CÓDIGO CIVIL - Devedor que tem a obrigação de cumprir a obrigação na sua integralidade - Não demonstração da “mora accipiendi” (art. 335, I a V, do CC) - Ônus que compete à autora, nos termos do art. 373, I do CPC/2015 - RECURSO DESPROVIDO NESTE TÓPICO. CONTRATO BANCÁRIO - CONSIGNAÇÃO PARCIAL NO CURSO DA LIDE - Insuficiência de valores - Quitação parcial - Admissibilidade do reconhecimento da extinção da obrigação em relação aos valores depositados no curso da lide (art. 899, do CPC/1973; art. 545, CPC/2015) - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO NESTE TÓPICO (e-STJ, fl. 314).*

Irresignado, o BANCO interpôs recurso especial, com fundamento no art.

105, III, alíneas a e c, da CF, alegando violação dos arts. 313, 335 e 336 do CC/02 e 545 do NCPC. Sustentou que se é incabível a ação consignatória os depósitos efetuados não podem ser considerados para a extinção parcial da obrigação.

Em juízo de admissibilidade, a presidência do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 452/456).

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece conhecimento.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016.

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Do reconhecimento da extinção parcial da obrigação

O BANCO sustentou que se é incabível a ação consignatória os depósitos efetuados não podem ser considerados para a extinção parcial da obrigação.

No caso, o Tribunal reconheceu a extinção da obrigação em relação ao valor depositado adotando as seguintes razões:

*É permitido o depósito parcial de valores e sua insuficiência não conduz à improcedência do pedido, mas sim à extinção parcial da obrigação, até o montante da importância consignada. Logo, é admissível o reconhecimento da extinção da obrigação em relação ao valor depositado (art. 899, do CPC/1973 – art. 545, CPC/2015).*

[...]

*Anote-se que o pretendido depósito de parcela inferior à pactuada não é liberatório da dívida e não tem o condão de afastar a mora, situação que autoriza o credor a proceder a inclusão do nome do devedor nos cadastros de proteção ao crédito e exercitar seu direito de cobrança, se necessário. (e-STJ, fl. 178).*

Observa-se, portanto, que o acórdão recorrido está em conformidade com a orientação jurisprudencial sedimentada no âmbito deste STJ de que nos casos de

consignação em pagamento em que há depósito insuficiente, há extinção parcial da obrigação relativamente ao que fora depositado e não improcedência do pedido.

A propósito, destaca-se também o seguinte precedente:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. ANÁLISE DO CONTEÚDO DO DISPOSITIVO IMPUGNADO. MENÇÃO EXPRESSA. DESNECESSIDADE. DEPÓSITOS INSUFICIENTES. QUITAÇÃO PARCIAL DA OBRIGAÇÃO. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

*1. O prequestionamento não exige que haja menção expressa dos dispositivos infraconstitucionais tidos como violados, sendo necessário apenas que, no aresto recorrido, a questão tenha sido discutida e decidida fundamentadamente. No caso dos autos, em que pese o acórdão recorrido não tenha expressamente citado os dispositivos legais em relação aos quais a recorrente alega ausência de prequestionamento, tratou da matéria nele prevista, qual seja, resultado da ação consignatória quando o valor depositado não é integral.*

*2. Na ação de consignação em pagamento, a insuficiência do depósito não conduz à improcedência do pedido, mas sim à extinção parcial da obrigação, até o montante da importância consignada. Ademais, na hipótese de procedência parcial dos pedidos, os ônus de sucumbência devem ser suportados por ambas as partes.*

*3. Agravo interno a que se nega provimento.*

(AgInt no AREsp 609.219/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, julgado em 11/10/2016, DJe 4/11/2016).

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AFRONTA AOS ARTS. 899 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL; 337 DO CÓDIGO CIVIL; E 67, V, 'D', DA LEI N. 8.245/91. NÃO PREQUESTIONAMENTO. VERBETE 282 DA SÚMULA DO STF. NÃO DEMONSTRAÇÃO. ENUNCIADO 284 DA SÚMULA. INADIMPLEMENTO DA PARTE ORA AGRAVADA. CULPA DA AGRAVANTE. VERIFICAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. INSUFICIÊNCIA DE DEPÓSITOS. RECONHECIMENTO PARCIAL DE QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE. EXECUÇÃO NOS PRÓPRIOS AUTOS. SUCUMBÊNCIA. DISTRIBUIÇÃO ENTRE OS LITIGANTES. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. SÚMULA 83.*

*1. A matéria constante dos dispositivos legais apontados como violados não foi objeto de debate pela Corte de origem.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Incidência do óbice contido no enunciado 282 da Súmula do STF.*

*2. Não havendo a devida demonstração de ofensa aos artigos de lei a que se argui violação incidente o enunciado 284 da Súmula do STF.*

*3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).*

*4. Na ação de consignação em pagamento, evidenciada a mora do credor na informação dos valores que lhe deveriam ser reembolsados, conforme prática contratual reiterada, a insuficiência dos depósitos estimados pelo consignante acarreta reconhecimento de parcial quitação, sendo o saldo remanescente executado nos próprios autos e a sucumbência distribuída entre os litigantes. Precedentes.*

*5. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência pacífica desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ.*

*6. Agravo regimental a que se nega provimento.*

(AgRg no Ag 1.384.032/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator